

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
5 de dezembro de 2016 - Nº 537 - www.sindipetrocaxias.org.br



CAMPANHA SALARIAL

NEGOCIAÇÕES ESTÃO NO LIMITE

O Sindipetro Caxias, bem como todos os sindicatos filiados à FUP, realizou setoriais para debater os próximos passos da Campanha. Os trabalhadores da REDUC, TECAM, UTE-GLB e ECOMP/Arapeí apontaram que neste momento é melhor desvincular a Campanha Salarial da Luta contra as Privatizações. Sendo assim, caso as negociações avancem, poderíamos, após aprovação dos trabalhadores em assembleia, aprovar uma proposta que atenda à categoria.

A partir disso, o movimento sindical petroleiro poderia começar uma luta contra a privatização do sistema

Petrobrás feita pelo governo golpista que pretende DOAR a empresa ao capital estrangeiro.



O Conselho Deliberativo da FUP discutiu a proposta apresentada pela Petrobrás no dia 29 de novembro e concluiu que as negociações deveriam continuar para resolver a implantação

do ATS da FAFEN/PR que é pendência do acordo assinado em 2015, bem como a retirada da cláusula de redução de jornada com redução de salário, pois temos como princípios de nossa campanha “nenhum direito a menos” e “acordo assinado é pra ser cumprido”.

Diante dessa decisão a Direção da FUP chegará ao limite das negociações dando um prazo à empresa até o dia 07 de dezembro para apresentação de uma proposta que possa ser levada à votação. Durante esse período o Sindipetro Caxias estará dentro das fábricas conversando com os trabalhadores sobre a Campanha Salarial.

Proposta da Petrobrás é cheque em branco



demitir trabalhadores no futuro.

Em reunião nesta quinta-feira, 01/12, o Conselho Deliberativo da FUP definiu que só irá submeter qualquer proposta para avaliação da categoria, após a diretoria da Araucária Nitrogenados aprovar, sem condicionantes, o acordo de implementação do ATS da Fafen-PR, e, além disso, a Petrobrás remeter para a Comissão de Regimes sua proposição de reduzir jornada com redução de salários, um debate que sequer foi feito de forma ampla com a categoria.

As representações sindicais também definiram prazo até a próxima quarta-feira, dia 07 de dezembro, para que a Petrobrás se posicione sobre estes encaminhamentos.

A quem eles pensam enganar?

Em vídeo divulgado na intranet, o diretor executivo de Assuntos Corporativos, Hugo Repsold, o mesmo que insiste em voltar atrás no acordo que

assinou para implantação do ATS dos trabalhadores da Fafen-PR, afirmou que a proposta da empresa equaciona essa “pendência antiga”.

O que a companhia propôs é um cheque em branco. Aquilo que o diretor chama de equacionar é na verdade “envidar esforços” junto à diretoria da Araucária para que aprove o Termo Aditivo. Ainda assim, condiciona isso à retirada das ações na Justiça que cobram o cumprimento do Acordo.

No mesmo vídeo, ele também deixa claro que o objetivo da direção da Petrobrás ao reduzir a jornada do regime administrativo é cortar custos para controlar o fluxo de caixa da companhia. Para bom entendedor, meia palavra basta. Quem garante que o próximo passo dos gestores não será acabar com o quinto grupo e o 14x21, como a turma de Pedro Parente tentou fazer no passado?

FUP

O Conselho Deliberativo da FUP reafirmou que é imperativa a luta contra a privatização do Sistema Petrobrás e que acordo é pra ser cumprido.

Passado mais de um ano do compromisso assumido de implantação do ATS para os trabalhadores da Fafen-PR, nenhuma ação efetiva foi encaminhada pela Petrobrás no sentido de cumprir o que foi acordado em novembro de 2015.

Não bastasse isso, a empresa insiste em trazer para a discussão do Termo Aditivo uma proposta de redução de jornada, que, além de reduzir salário, pode se transformar em uma ferramenta da gestão para assediar, punir e até mesmo

REDUC

Ônibus de turno: o retorno

O Sindicato se reuniu com a Gerência Geral no dia 30 de novembro para saber o resultado do seu pleito de retorno de todas as linhas dos ônibus de turno. A refinaria alega que fez uma pesquisa com os usuários dos carros das linhas T-22 e T-18, apresentando como resultado a preferência desses trabalhadores por carros de passeio.

O Sindicato discorda dessa pesquisa, pois alega que é mais seguro o transporte em ônibus, além do fato de receber regularmente reclamações acerca da substituição dos ônibus por “UBER”.

Outro problema é a caracterização dos carros que transportam os empregados. A REDUC alega que a Segurança Patrimonial recomendou que

os carros fossem descaracterizados, eliminando qualquer informação no veículo a respeito de transporte realizado por empresa. No entanto, o Sindicato averiguou que no CENPES os carros são caracterizados com o nome da empresa e numeração dos veículos. Ou seja, a situação real é que está tendo dois pesos e duas medidas.

O Sindicato defendeu o retorno imediato dos ônibus de turno, pois esse é o sentimento aferido nas setoriais realizadas com os trabalhadores. A Gerência Geral pediu mais prazo para poder tentar atender este pleito dos trabalhadores em regime de turno e marcou nova reunião no dia 09 de dezembro.



Descontos nas homologações do PIDV

O Sindicato explicou à Gerência Geral que está realizando homologações tipo “kinder ovo”. Isto é, o trabalhador sempre tem uma surpresa nos descontos em suas rescisões.

Foi solicitado que pelo menos o trabalhador receba um documento com a memória de cálculo com antecedência mínima de 10 (dez) dias à homologação para evitar surpresas desagradáveis. Segundo o gerente de RH a REDUC não poupará esforços para cumprir este prazo.

Greve, ausências e folgas negativas

Cabe destacar que os gerentes da REDUC alegaram que os descontos que têm sido realizados aos empregados da REDUC são devidos aos dias de greve e

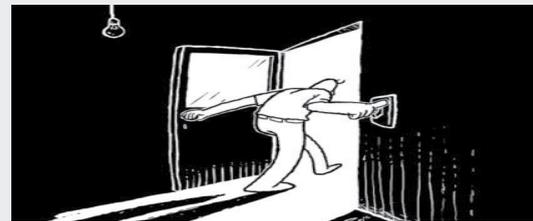
débitos de ausência. Já os trabalhadores de outros órgãos, que atuam na REDUC, têm descontados as folgas negativas de retorno de férias, além de dias de greve e débitos de ausência.

O Sindicato alega que somente com essa memória de cálculo em mãos é que o trabalhador poderá ter total ciência do que tem sido descontado e sua origem. Porém o trabalhador não pode ser punido por um erro de gestão. Quanto ao desconto dos dias de greve e folgas negativas de férias, a PETROBRÁS age de má-fé, pois não houve ainda qualquer acordo a respeito desses pontos. A empresa deveria realizar a negociação para depois agir.

Mas a homologação “kinder ovo” tem mais surpresas. Os trabalhadores que

estão no PIDV têm sido surpreendidos com o cancelamento da AMS a partir do momento que param de trabalhar. Mesmo cumprindo todos os passos necessários para manter a AMS, a empresa tem cancelado de forma unilateral o plano de saúde dos trabalhadores que é vitalício.

A posição do Sindicato é de não realizar as homologações nos casos de AMS cancelada até que a empresa resolva essa questão. A Petrobras está agindo de forma arbitrária ao cancelar a AMS e isso é inaceitável.



Diárias dos inspetores de segurança

O Sindicato solicitou que a REDUC regularize a diária dos Inspectores de Segurança Interna que são obrigados a fazer cursos específicos externos.

Atualmente a Gerência da REDUC não está pagando tais diárias, obrigan-

do o trabalhador a custear do próprio bolso as despesas com deslocamento e refeição fora da empresa.

A Gerência da REDUC informou que os Inspectores de Segurança Interna não são subordinados à refinaria, mas

sim ao Compartilhado.

O Sindicato ressaltou que os Inspectores de Segurança Interna não poderão ser penalizados por não realizar tais cursos devido à falta de pagamento das diárias.

Tanques continuam interditados

O Sindicato comunicou à Gerente Geral da REDUC, Dona Elza Kallas, que a refinaria ainda não solicitou à ANP a suspensão das interdições dos tanques TQ-7509 e 7510.

Sendo assim, ***está proibida a transferência e estocagem de produtos nesses tanques.***

Além disso, também não foi solicitada ao MTE a suspensão das interdições da atividade de trabalhar em cima de tetos de todos os tanques da refinaria.

Sendo assim, ***está proibida qualquer atividade em cima dos tanques, sejam de teto fixo ou teto flutuante, bem como aqueles onde a refinaria construiu a “trapizonga”.***

Cabe ressaltar que a REDUC não solicitou ao MTE a suspensão da interdição dos tanques do TE-MC sobre os quais foram construídas as “trapizon-gas”, plataformas de acesso fixadas no costado dos tanques.

O Sindicato questionou ainda à Gerência Geral a respeito do planejamento dos trabalhos realizados nos tanques de teto flutuante, tendo em vista que as interdições mencionadas ainda continuam valendo.

As bocas de inspeção utilizadas para medição do centro do teto dos tanques estão sendo realocadas para a borda, a fim de evitar que o operador caminhe sobre o teto. O que o Sindicato não entende é como essa atividade está sendo realizada sem que o trabalhador acesse os tetos.

Diante disso, o Sindicato solicitou a parada desses serviços e de qualquer outra atividade em cima de tetos de qualquer tanque até que o MTE suspenda as interdições. Caso a REDUC persista em realizar as atividades sem que o MTE suspenda as interdições, o Sindicato tomará medidas para responsabilizar os gestores.

TRANSPETRO

APROVADA a venda da NTS

No dia 30 de novembro a Petrobrás informou que a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (AGE) aprovou a venda de 90% da participação acionária detida pela companhia na Nova Transportadora do Sudeste (NTS) pelo valor de US\$ 5,194 bilhões, para o fundo Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações, gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda. A transação faz parte do plano de desinvestimentos da companhia, de US\$ 15,1 bilhões no biênio 2015-2016.

O Sindipetro Caxias ingressou com uma ACP em face da Petrobras, CADE, ANP, CVM e a Brookfield questionando o negócio e aguarda uma decisão favorável a anulação desta entrega.

Via Crucis de um acidente de trabalho

O montador de andaime da REDUC, Maurício Luís Ferreira, que se queimou gravemente ao cair em uma canaleta com água fervendo no dia 18 de novembro, já está em seu terceiro hospital em menos de duas semanas.

O Sindicato havia sugerido no dia do acidente que o trabalhador fosse encaminhado direto para o Hospital Geral das Forças Aéreas do Galeão, que é especializado em queimados. Mas por decisão dos médicos do trabalho da REDUC, ele foi internado no Hospital Caxias D’Or. Onde ficou até o dia 25 de novembro, quando foi transferido para Campo Grande.

As condições deste novo hospital eram tão ruins que o trabalhador ficou ali somente dois dias, e foi transferido novamente no dia 27 de novembro para o seu terceiro hospital, agora em Jacarepaguá.

REDUC precisa se responsabilizar pelo acidente

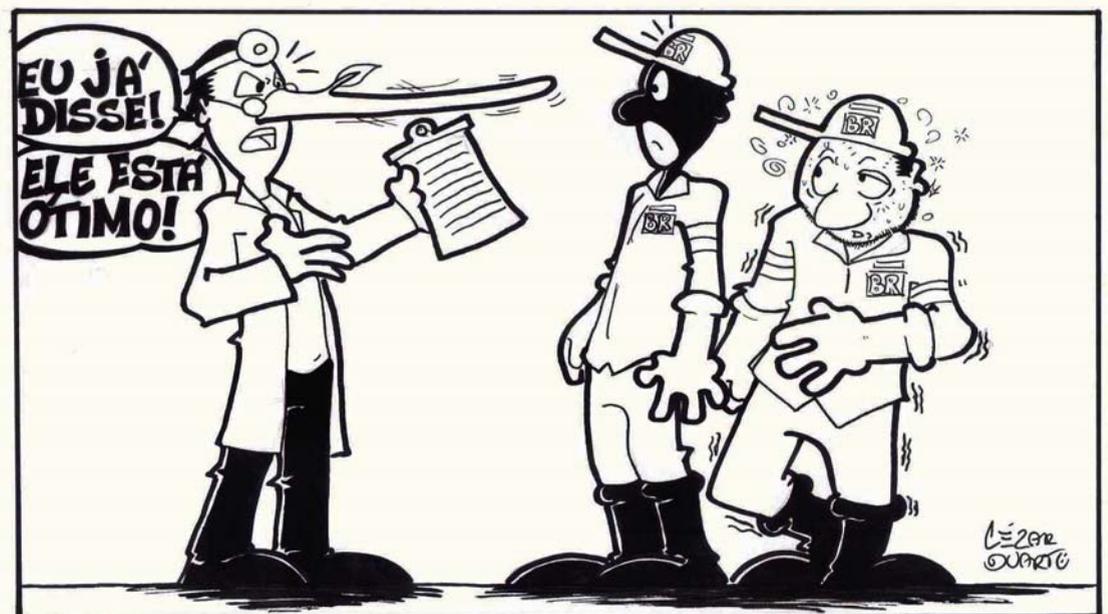
Antes dessa sequência de transferências, a equipe médica da REDUC alegava que não era recomendada a remoção do paciente por riscos de infecções e contaminação. Contudo, em

função de custos, as tais transferências foram realizadas.

Se desde o início a REDUC tivesse ouvido o Sindicato, toda essa via crucis teria sido evitada ao transferir o empregado para o HFAG, na Ilha do Governador. O Sindicato reiterou em reunião com a Gerente Geral, Dona Elza Kallas, que a melhor medida a ser tomada é a transferência para o HFAG, e que o trabalhador permaneça ali até o fim do tratamento.

A REDUC deveria tomar a frente

da situação, pois ao contrário do que a Gerente Geral defende, não é o fato de o empregado ser terceirizado que deve ser tratado desta maneira. A questão aqui não é contratual, mas sim de responsabilidade pelo acidente. Onde houve o acidente, não deveria existir qualquer água ou vapor de água quente e não deveriam ser emitidas mais de uma PT por vez. Desta forma, a refinaria deve responder pelo acidente e oferecer o tratamento adequado ao trabalhador.



Uma PT de cada vez

Em nova reunião com a Gerente Geral, Dona Elza Kallas, houve desacordo por parte da gerente sobre o encaminhamento do Sindicato ao orientar os trabalhadores a somente assumirem uma segunda frente de serviço ao término da primeira.

O Sindicato reafirmou a posição de que todo trabalho realizado por um terceirizado deve ser acompanhado por um primeirizado, pois a lei assim diz. Caso não seja o técnico de operação a acompanhar tais serviços, outro empregado próprio deve estar presente, tal como um fiscal da Petrobrás, um técnico de manutenção da Petrobrás, um técnico de segurança da Petrobrás, um gerente da

REDUC ou até mesmo um ajudante de assistente de supervisor, figura recorrente nos últimos anos.

Há pouco tempo atrás tínhamos instituído o fiscal do serviço, empregado próprio da manutenção que acompanhava e se responsabilizava pelo serviço em an-



damento, assinando a PT inclusive. Aos poucos a refinaria foi retirando o fiscal, e começou a determinar que este poderia passar até duas horas depois do início do trabalho liberado no campo. Hoje em dia, em muitas PTs sequer consta a figura do fiscal. No fim das contas sobra para o técnico de operação a responsabilidade civil e criminal.

O Sindicato entende que não pode o terceirizado trabalhar sem qualquer acompanhamento na área industrial, pois acidentes ocorrem e o responsabilizado é o empregado próprio que assina a PT nos termos da lei, independente do que diga o padrão da empresa.

Nova gestão da CIPA/REDUC

A posse dos integrantes da CIPA REDUC 2016/2017 ocorreu no dia 2 de dezembro. Os representantes do Sindipetro Caxias e os eleitos se fizeram presentes no evento. O Sindicato deseja a nova gestão sucesso nos trabalhos e espera com este grupo, principalmente os eleitos pelos trabalhadores, foco nas decisões que beneficie a categoria petroleira, pois ano que vem, teremos que brigar em dobro por mais segurança e saúde. A REDUC perderá mais de 500 empregados próprios por conta dos PIDVs até meados de 2017. Os eleitos possuem uma grande impor-

tância na salva guarda de todos homens e mulheres dentro da refinaria. A gestão passada foi enfraquecida por alguns integrantes eleitos ligados aos interesses exclusivos dos patrões

em detrimento da saúde no trabalho. Mas esperamos que com este time, conquistemos a segurança que todos nós precisamos para dia a dia no chão da fábrica.



Depois de 17 anos, petroleiro pode voltar a enxergar

O Sindicato se reuniu com a gerência da REDUC no dia 1º de dezembro para tratar do avanço no tratamento do trabalhador Silvío Drumond. Finalmente haverá progresso e Drumond tem chances de ver novamente. Ele viaja para São Paulo no dia 13 de dezembro para realizar uma consulta com um mé-



dico especialista em cirurgia de córnea para dar início ao procedimento de reparo da sua visão. Drumond sofreu o acidente dentro da REDUC, em 1999, quando seu carro explodiu ao dar a partida. Ele teve 55% do corpo queimado, o que levou à perda da visão e outros ferimentos graves.

**CADASTRE-SE NO
WHATSAPP DO
SINDIPETRO CAXIAS**

Envie ADICIONAR



21 | 99663-9953

PRIVATIZAR FAZ MAL AO BRASIL!